

A avaliação da investigação

Muitos Amigos tiveram a gentileza – que agradeço – de comentar a nota que, às 22:49:56 horas de 3 de Agosto de 2014, tomei a liberdade de inserir nas listas *archport*, *museum* e *histport*.

No blogue <http://notascomentarios.blogspot.pt/2014/08/ao-rubro-polemica-sobre-avaliacao-da.html> incluí também estes comentários; afigurou-se-me, contudo, que poderia ter alguma vantagem juntar tudo num único texto. Aqui vai.

Com as mais cordiais saudações

José d'Encarnação

xxx

Ao rubro, a polémica sobre a avaliação da actividade científica

A situação

A investigação científica, nomeadamente a ligada às universidades, faz-se em centros financeiramente dependentes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

São esses centros avaliados por comissões de peritos – nacionais e estrangeiros – e é essa avaliação que determina o montante do financiamento a atribuir.

Na avaliação entram em linha de conta os projectos em curso e os propostos, ajuizando-se do seu interesse para o progresso da Ciência. A craveira dos investigadores é avaliada, de modo especial, pela repercussão que os seus escritos detêm a nível nacional e internacional. Para isso, criaram-se modelos importados do estrangeiro, que, por exemplo, só determinam validade aos escritos em língua inglesa e em publicações que tenham avaliadores a quem são previamente submetidos os trabalhos candidatos à publicação.

A minha opinião

Adianto a minha opinião, antes de me fazer eco da polémica em curso.

1º) Existe a língua portuguesa há 800 anos e é – dizem – uma das cinco mais faladas no mundo. Para a FCT isso não interessa nada e, em vez de privilegiar a nossa língua (que, diga-se, no menu do computador, só tem duas variantes, enquanto o Inglês tem... 18!...), dá-se absoluta prioridade ao inglês! Não se me afigura política correcta. Estou contra.

2º) Apressaram-se as revistas a criar um corpo credenciado de avaliadores, porque é essa uma condição *sine qua non* para serem tidas em consideração. Acho bem.

Contudo, direi que até nem me estou a sentir mal como responsável de uma revista da minha especialidade, na área das Ciências Humanas, onde publico os textos que previamente analiso (e, se tenho dúvidas, consulto os meus colegas) e que se me afiguram de interesse, ainda que não esgotem o assunto, mas lançam pistas para serem discutidas – porque, reitero amiúde, o mais importante não é resolver os problemas, mas saber colocá-los. Só depois de um longo processo de creditação, uma revista consegue entrar no rol das revistas dignas de universal aceitação. A ‘minha’, digo-o desde já, foi considerada lixo, ainda que os artigos nela publicados sejam citados centenas de vezes, em Portugal e no estrangeiro! No quadro de avaliação da FCT... não existe!

A polémica

Conhecidos os resultados da avaliação dos centros, rebentou a polémica um pouco por toda a parte, atendendo ao descontentamento generalizado, a que a direcção da FCT reagiu.

Escreveu o Sindicato Nacional do Ensino Superior, em comunicado do passado dia 29:

«Tal como anunciámos, foi hoje entregue no MEC o pedido de suspensão do processo de avaliação das Unidades de I&D, de forma a que possa ser desenvolvida uma reavaliação das Unidades. Este pedido foi entregue por uma delegação composta por diretores de unidades de investigação, docentes e investigadores.

O pedido de suspensão foi também solicitado e entregue pelo SNESup, SPGL-FENPROF, SPN-FENPROF, SPRA-FENPROF, ABIC e Plataforma pela Ciência.

A forma como todo este processo foi desenvolvido obriga a uma tomada de posição em defesa da ciência. [...]

A indignação da comunidade académica e científica, bem como da sociedade em geral, demonstra que este é um processo extremamente grave. É necessário que seja completamente reapreciado, de forma a garantir o cumprimento dos princípios elementares, sob pena de denegrir o próprio conceito de avaliação.»

Respondeu a direcção da FCT, refutando as acusações feitas, nomeadamente as que se prendiam com a inexistência de avaliadores directamente ligados às áreas de investigação dos centros; e com a suspeita de que a baixa avaliação constituía forma de evectar financiamentos. Recorto alguns desses pontos do «Esclarecimento da direcção da fct sobre o exercício de avaliação das unidades de investigação» enviado, por correio electrónico, a 30 de Julho, a todos os investigadores inscritos.

Depois de sublinhar que «os resultados de qualquer avaliação científica produzem desapontamento junto daqueles cuja classificação ficou aquém das suas expectativas», afirma a direcção:

«Não podemos aceitar que subsistam dúvidas ou equívocos relativamente à *robustez, rigor e isenção* do processo de avaliação, que foi cuidadosamente desenhado e implementado, de forma *profissional* e no cumprimento das *melhores práticas internacionais*.» [o itálico é original].

E mais adiante:

«**Não é verdade que as unidades não tenham sido avaliadas por especialistas na sua área científica.** Cada unidade foi avaliada inicialmente por três avaliadores independentes, dos quais no mínimo dois são especialistas na área de investigação da unidade. Numa fase seguinte, e depois de ouvidas as unidades, cada candidatura foi avaliada por um painel coletivo no domínio científico da unidade composto por cientistas com experiência de gestão e de avaliação de Unidades. O resultado final da avaliação corresponde a uma decisão colegial e tomada por consenso.» [o realce a negro é do original]

Logo no dia seguinte, no seu boletim informativo, o SNESup prometia responder ao comunicado da FCT, ironizando, desde logo, pelo facto de «um ministério da educação e ciência liderado por um matemático (eleito com um discurso sobre o rigor)» escrever que «66% corresponde a 7 em cada dez investigadores»: «Obviamente que os 4 investigadores em cada 100 que saem deste arredondamento (70-66) importam, até porque na realidade ela não se situa na ordem das centenas, mas sim na dos milhares».

A polémica está, pois, para durar.

Voltando à ‘vaca fria’

Um dos centros passou de ‘excelente’ para ‘suficiente’. E quando se viu em que documentos a comissão de avaliadores se baseara, verificou-se, por exemplo, que um dos catedráticos com maior renome na sua área em Portugal, altamente considerado no estrangeiro entre os seus pares, que publicara – em português! – uma série de livros e de artigos nos últimos anos, constava na lista com apenas uma publicação! E até publicara em revistas com os chamados avaliadores (*referees*, para se usar o estrangeirismo corrente!). Assim, pudera! Tinha que ir para ‘suficiente’ a sua unidade de investigação. Ora, entre os membros da comissão de avaliação estavam pessoas que conheciam muito bem o trabalho desse e doutros investigadores; mas certamente nada puderam fazer

porque... regras são regras e esses livros e esses artigos só poderiam ser considerados se devidamente inscritos numa qualquer plataforma científica recentemente inventada por um grupo de luminares. Tens o teu trabalho lá inscrito? Serve! Não tens? – Azar o teu!

Sucedede, porém, que esse investigador, tal como eu, é da área das Ciências Humanas, também já está jubilado, mas ainda se sente com vontade de dar a conhecer o que investigou ao longo de décadas e nada se preocupa com currículo, porque já dele não carece (continuarão a cortar-lhe na mesma a pensão!...). E escreve em português!

Não entro num outro campo deveras resvaladiço que é o dos avaliadores. Há-os deveras conscientes, mas – ainda que mal pergunte!... – não se está a correr o risco de criar concluídos? É que já tenho exemplos de investigadores que não conseguem publicar em determinadas revistas, por terem opiniões não inteiramente coincidentes com as das respectivas direcções e, também, porque (sabes...) não interessa que fulano publique, porque, no concurso X, ele pode vir a fazer-me sombra!...

Protestar? Para quê? Quando há antolhos que determinam que só numa direcção se enxergue, não há protesto que valha!

O importante é que se lhes tirem os antolhos!

José d'Encarnação

Publicado em *Cyberjornal*, edição de 03-08-2014:

http://www.cyberjornal.net/index.php?option=com_content&view=article&id=730:ao-rubro-a-polemica-sobre-a-avaliacao-da-actividade-cientifica&catid=68&Itemid=70

Os comentários

João Paulo Pereira, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014 às 09:07:

Caro Encarnação,

Parece que desta vez sou capaz de concordar consigo (julgo que o texto seja seu).

No entanto, a crise de mentalidades e de valores que grassa na arqueologia parece que abrange também o resto da investigação científica portuguesa.

Ora bem, os desaforos de quem avalia, a ideia que a ciência só é válida se for escrita em inglês e mais umas quantas palermices ditas modernas, dignas do desenvolvimento do cérebro humana, alastra-se pela imbecilidade global de que somente nós conseguimos atingir.

Era o que faltava: era que o valor científico dos trabalhos de cada um somente importasse se prescrevesse aquelas condições.

Quase se torna uma religião abjecta como os usos que alguns, muitos, fazem das religiões, o facto de o inglês ser a grande língua da grande comunidade dos doutos.

Até agora foi muito giro as universidades, e quejandos, escreverem em inglês, qual língua global que toda a gente entende.

Agora, com o tiro nos pés, está visto que a cura vai ser desgastante, afastando os verdadeiros valores para discussões alienígenas, dando mais espaço aos que, por sorte do destino, do fado, nasceram num país de língua oficial inglesa.
Nem sei se hei-de rir se chorar.

Saul Gomes, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014 10:05:

Já li e estou de acordo, muito em especial na questão da língua portuguesa e no que refere sobre as "arbitragens" de revistas e livros que nalguns casos são meras farsas. Já vi "pareceres" de pretensos especialistas em determinadas matérias – geralmente negativos, claro... – e que de saber pouco têm. E por aí vai...

Eurico de Sepúlveda comentou, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014, às 10:32 h:

1- Embora saibas que a minha dificuldade em escrever em inglês não é grande, acho que TENS IMENSA RAZÃO NESSA "NOVA COLONIZAÇÃO" que pretendem impor aos vários trabalhos que só terão valor se forem escritos em língua inglesa.
2- Bem claro é o facto da existência, apenas, de duas versões de português enquanto que a "outra" apresenta toda uma panóplia que continua ligada ao velho império britânico.
3- Por fim congratular-me por indicares uma das razões fundamentais de tal procedimento - OS ANTOLHOS

M Conceição Lopes escreveu:

«Partilhei no Facebook CEAUCP. Vale a pena ler».

Manuel de Castro Nunes, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014, às 10:54 h.:

Caros.

No actual contexto de produção industrial da investigação, seja no âmbito da "acção social" do estado, seja no âmbito do mercado, todos os dispositivos de avaliação da investigação são dispositivos de controle do mercado ou dispositivos de repressão ou inibição ideológica.

A avaliação da investigação neste contexto equivale à actividade das ditas "agências de notação", que determinam no mercado os produtos financeiros ou de equivalência financeira em que é rentável investir. Está mais do que comprovado que, nos próximos cinquenta anos, é mais rentável investir em dívida pública do que em investigação. Do meu ponto de vista, a avaliação da investigação devia ser área de intervenção exclusiva do "Ministério Público".

Vítor Neto apoiou, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014, às 11:00 h.:

«Caro Professor,

Estou globalmente de acordo com o teor do seu texto».

Maria Antónia Lopes, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014, às 11:54 h.:

Tem todo o meu apoio e aplauso!

Embora de nada valha o que eu penso perante as luminárias que nos traçam os destinos e isso tenha repercussões na avaliação que me fazem, nunca aceitei também que se desvalorize desta forma indigna a Língua Portuguesa. E isto pelos próprios portugueses que tanto proclamam o valor da língua!

Como já declarei um dia perante um painel de avaliação da FCT que se deslocou ao meu Centro, no meu país falo e publico em Português. No estrangeiro, sempre que posso. E sempre me interroguei que internacionalização é essa se se é incapaz de ler outra língua que não o Inglês. Qualquer falante, medianamente culto, de uma língua

neolatina deve ser capaz de ler com fluência todas as outras línguas provenientes do Latim. Qualquer universitário da área das Ciências Sociais de língua inglesa ou alemã deveria também fazê-lo. Se os nossos trabalhos não são devidamente valorizados pelo facto de serem escritos em português, só revela pobreza intelectual por parte de uma comunidade científica que, contraditoriamente, se considera internacionalizada. Obrigada, meu Caro Colega de Universidade, por me ter proporcionado a sua reflexão e a oportunidade de dizer neste fórum o que sempre disse na minha Faculdade. Com um abraço amigo,
Maria Antónia

Ana Maria Homem Leal de Faria, na segunda-feira, 4 de Agosto de 2014 16:02:
Caríssimo José d'Encarnação e Caríssima Maria Antónia Lopes
Agradeço-vos imenso o enorme prazer que me deram com as vossas palavras, de tão grande inteligência e lucidez. Pelo menos, faz-me bem sentir que ainda há quem pense como eu. Os meus parabéns pela coragem em dizer (na minha opinião) o óbvio!
Ana Leal de Faria
Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Pedro Manuel Cardoso, na segunda-feira, 4-08-2014, às 19.30 horas:
Ouso dizer que o texto corajoso do Professor José d'Encarnação, intitulado “A Avaliação da Investigação” (mensagem n.º 12086 de 3ago2014 Lista Museum), merece outro desenlace. Um desenlace que toque em quem tem, ou venha a ter, o poder de «Mudar e Reformar a Política Pública de Investigação e Ciência em Portugal». Porque, o texto não é uma lamúria. Nem é um ajuste de contas. É muito mais do que isso. Nem sequer me refiro ao tom de imputação (no sentido ricoueriano) de que se re-veste. A importância está para além disso.
Um dia, aqui, nesta Lista Museum, há muitos meses atrás, escrevi que uma renovação da política pública de investigação e ciência passaria inevitavelmente por substituir a atual FCT por outra instituição, necessariamente organizada noutros moldes. Na altura, muitos riram-se. Ou por estarem sentados no conforto do status quo; ou por estarem convictos da bondade dessa Fundação. Era um riso ingénuo e bem-intencionado. Resultante da crença de que, a cuja, estava a contribuir para a melhoria da Educação, da Investigação, e da Ciência.
É sabido que, dentro de uma convi(c)ção, todos, sem exce(p)ção, somos prisioneiros da mesma cegueira. Portanto, numas alturas são uns, noutras, somos nós. Não há modo de fugir a essa inexorabilidade. Talvez por isso devamos ser condescendentes uns para os outros, desde que essa cedência não impeça a crítica mútua.
Mas, voltando ao assunto.
Pessoalmente, tive o privilégio de experienciar os dois sistemas de ensino e docência: o anterior e o posterior. E, até, o antes-Fundação e o pós-Bolonha. Trata-se de duas gerações de portugueses/as; de duas maneiras de viver a Vida e conceber o Mundo; de duas conce(p)ções de Mundo; de duas lógicas.
Suspendam-se, por momentos, os juízos axiológicos e analisem-se os factos. Por exemplo as licenciaturas, antes, estavam desalinhasdas com as dos países mais «desenvolvidos». Mas nesses países o sistema de ensino superior já tinha sido objeto de uma reforma e organização que aqui não fora. E, portanto, essa discrepância pertencia a um outro tipo-lógico, e a um contexto de avaliação diferente. Porém, aqui, foi-se a

correr atalhar a discrepância sem a inserir no contexto que devia. Fruto de um trabalho prévio que não houve coragem para fazer.

Aqui, antes, as ditas licenciaturas tinham 4, 5 ou 6 anos, compostas por mais de 20 ou 30 disciplinas, com aulas de manhã à tarde, com presença obrigatória, e com exames escritos em cada uma delas. Até havia Faculdades que impunham um te(c)to máximo para as notas: “ninguém podia ter mais do que 16 valores” (em muitas delas). Agora, no depois, as licenciaturas passaram a ter metade da duração; menos de metade das disciplinas; a presença dos alunos/discentes é obrigatória apenas numa percentagem; a maior parte da transmissão dos conteúdos é feita em regime de “frequência de seminários”; e a avaliação é resultado de relatórios e trabalhos arbitrais.

Repito, não se façam juízos axiológicos. Olhe-se apenas as duas realidades com serenidade e bom-senso.

Gregory Bateson, seguindo os contributos de Platão e Saussure, formulou aquela célebre distinção entre: o «Nome» e a «Coisa Nomeada». Agora, há uma proliferação de nomes (títulos) académicos, a eito. São imensos doutores e mestres que todos os anos brotam. E isso enche as estatísticas e os indicadores com «nomes».

Mas não haverá uma «ilusão estatística do sucesso», nessa ânsia quantificadora? Haverá de fa(c)to mais Qualificação do que antes? O sistema de avaliação atualmente usado mede de fa(c)to a Qualificação? Não se estarão a enganar a si próprios? Acreditarão que essas «belas *folhas Excel* de números» alcançam a qualidade transformacional inerente à verdadeira Qualificação? Já várias vezes chamei a atenção para esse conceito aristotélico de *transformação* que, essa ânsia pelo *mais*, pelo *muito*, e pelo *igual aos outros*, abastarda. A matemática define muito bem as *relações* entre os *termos*, quaisquer que eles sejam e onde estejam; mas é incapaz de determinar o valor e a necessidade dos *termos* para um dado Destino e para uma determinada Relevância. Começa sempre assim: “considere-se, para X ou Y, o seguinte «valor»...”. De fa(c)to, a hermenêutica dos *termos* é algo que pertence a uma outra esfera da Vida Humana; concretamente, ao mundo das Decisões e das Escolhas.

E quais as consequências desta passagem do Antes para este Agora em que vivemos, e que o texto do Professor José d’Encarnação é um indício? Agora, vemos as portuguesas e os portugueses com mais sucesso académico a serem colocados em posições subalternas nas equipas, projetos, e laboratórios dos países para onde vão; a ficarem em situações precárias, e com salários abaixo dos outros; a serem maltratados pelo País onde nasceram; a serem usados para fabricar produtos e patentes úteis ao desenvolvimento desses países estrangeiros. Apesar de, para o gáudio dos politikeiros e quejandos, serem campeões nas estatísticas de uma pretensa produtividade. Isto é, de uma produtividade útil à manutenção desses interesses alheios a Portugal.

Evidentemente que o mundo é uma interdependência. Mas essa inevitabilidade interdependente esconde uma realidade de que a matemática e a estatística não dão conta. A partir de um certo limiar de perda de autonomia a interdependência desfaz a independência/especificidade/identidade. Há uma “catástrofe formal” (utilizando a linguagem matemática de René Thom). Em termos matemáticos, a ideia de que o futuro do desenvolvimento e da prosperidade, de todos, está na «exportação», é uma impossibilidade. Feitas as contas, o resultado matemático de todos quererem ser exportadores, ou leva o sistema à entropia, ou à assum(p)ção do poder por 1% ou 2% desse conjunto. Evidentemente que, a esses que podem alcançar o poder, interessa essa ideologia da «exportação» e da «imigração». E, quanto mais os outros desgraçados viverem na ilusão desse avatar, mais êxito terá o seu escopo. Quanto mais acreditarem que têm qualificação e sucesso por serem campeões/ãs de uma medição feita por essas

«folhas das estatísticas dos outros» melhor para quem dessa “floresta de enganos” beneficia.

Ora, o Património e a Museologia têm duas lições para ensinar aos que teimam nesse logro. A primeira lição que a Museologia ensina é que o Património, ao longo da história humana, é a historicidade da relação indissociável entre a Relevância e o Destino. Ou seja, que a «escolha do valor de uma coisa» (Relevância) depende da decisão sobre o «futuro que se lhe quer dar» (Destino). A segunda lição, após a descoberta da “Estrutura da Relevância ou Estrutura do Valor Patrimonial”, é que não há objetos/coisas patrimoniais com um valor absoluto que justifique uma assimetria ou hierarquia entre Culturas ou Países. Isto é, que todas as Culturas e Sociedades possuem objetos/coisas patrimoniais com valor equivalente. Não há Património mais importante e menos importante, a não ser que se desista da Identidade e da Diversidade em nome de um Destino que não é o nosso. Cada relevância (património) nasce do destino que se escolhe para se ter/ser. A escolha de se querer Ter/Ser, ou não, está disponível. A matemática e a estatística, como referi atrás, não são capazes de fazer as contas a essa hermenêutica dos a(c)tores, e do agir humano de uma determinada nação de Pessoas (termos). Destino e Relevância parecem-lhes entidades misteriosas e subjetivas e, até, duvidam que pertençam ao mundo da Realidade.

Imaginem que Portugal decidia que o seu Destino era re-industrializar-se. Que para esse objetivo formava várias equipas de pioneiros. Uma equipa inicial de cientistas e técnicos que iniciariam a exploração dos recursos mineiros em território português; outra equipa, para suprir as necessidades alimentares e agrícolas até ao limiar dos 90% da subsistência; outra equipa, para fazer o mesmo aos recursos biológicos do mar; e assim sucessivamente para todos os se(c)tores vitais. Isto é, que, em vez da preponderância desmesurada à «exportação», dava relevância às desprestigiadas «auto-subsistência» e «exploração endógena dos recursos próprios». Os cursos superiores, nesse início, teriam apenas meia dúzia de alunos. Ou nem isso. Portanto, não cumpririam nenhum critério estatístico de sucesso dessas famigeradas plataformas ideológicas de submissão a que hoje obedecem os poderes públicos portugueses. Os que se dedicariam a essa transformação do destino de Portugal talvez recebessem como prémio um prato de lentilhas, ou pior. E não duraria uma década, como alguns dizem hoje, duraria no mínimo cinquenta anos de árdua perseverança. Estas e estes desgraçados heróis ficariam fora de todos os rankings e classificações importadas do estrangeiro. Evidentemente. Porém, qual seria a resposta para a pergunta: «beneficiariam mais ou menos Portugal, e as gerações vindouras»? A resposta talvez esteja, tal como a Museologia e o Património ensinam, na decisão que for tomada em relação ao Destino que se quer ter/ser.

O que vale é que tudo isto que foi escrito atrás é uma fi(c)ção, e a realidade irá continuar a ser aquilo que alguém decidir. Uns dirão que gastei muitos caracteres, e por isso ninguém lerá. O que sobre isso costuma dizer o povo da Beira é o seguinte: «quem tem pressa que corra, porque lá nos encontraremos no Destino, e de certeza na Quinta das Tabuletas, todos a carpir».

Pedro Manuel-Cardoso

Elvira Bugalho, na terça-feira, 5 de Agosto de 2014 12:58:

Tenho pena que este assunto que tenho seguido (e do qual sou evidentemente alheia) não seja mais publicitado a nível jornalístico pois penso (como tu evidencias) que é mesmo grave para muitos investigadores.

José Azevedo Silva, na terça-feira, 5 de Agosto de 2014 15:12:

Completamente de acordo com o teu texto e com o comunicado do SNESup, que também li na íntegra.

Assino por baixo.

João Pereira, na quinta-feira, 7 de Agosto de 2014 17:14:

Com a tecnologia de tradução existente nos dias de hoje, não me parece uma boa desculpa os textos serem todos gregos, quando não escritos em português ou em inglês. Diariamente faço traduções, as possíveis, de pequenos textos japoneses, língua que me deixa "grego" completamente.

Portanto, essa coisa de "ter de ser em inglês" para que o público possa ser maior...

Por outro lado, acredito piamente que, mesmo escrevendo em inglês, não estejamos a pregar aos peixes, ou pior, às pedras.

Também acredito piamente que, numa época em que o ter se sobrepõe ao ser, quando alguém, mesmo que possa ser um imbecil, escreve em inglês e muitos textos, mesmo que digam a mesma coisa durante décadas (ou nada...), possa ser alguém na vida somente e porque escreveu milhares de palavras em livros e revistas "conceituadas" e avaliadas por idiotas tão bons como os que escrevem (sabe-se lá o quê).

Saudações, JPP

Jorge de Oliveira, na quinta-feira, 7 de Agosto de 2014 17:25:

Face ao formato de avaliação em curso, que a todos os portugueses deveria envergonhar, estou a ponderar começar a publicar tudo em russo ou chinês, porque seguramente terei mais pontos na minha avaliação. Pouco interessa o conteúdo, o importante é o número de publicações e, se forem em línguas estranhas, tanto melhor....em português é que não.

E porque estou a ser avaliado por aqui me fico...

Lídia Fernandes, na quinta-feira, 7 de Agosto de 2014 17:33 h. :

«Para além de subscrever inteiramente a sua opinião, não posso deixar de lhe dar os mais calorosos parabéns em relação ao tema que abordou, da forma como o fez e com a coragem que o caracteriza (e não, obviamente "carateriza").

Francisco Sande Lemos, na sexta-feira, 8 de Agosto de 2014 10:40 [Sob o título

«Publicações científicas/português versus inglês ou vice-versa»]:

As línguas possuem dinâmicas que ultrapassam a produção científica.

Se alguém pretender viajar do Alasca à Patagónia, passando pelo Quebec, ou seja, um continente inteiro, o chamado Novo Mundo, basta saber falar Português, Espanhol, Inglês e Francês. Os anglo-saxónicos que se acantonam no inglês estão mal...

Um português ou brasileiro que saiba Inglês e Francês não tem problemas.

Eu leio muito em inglês e, logo, o português que escrevo está recheado de inglesismos. Paciência... Para "compensar" (terminologia médica), socorro-me de Clarice Lispector, Rubem Fonseca ou Patrícia Melo.

O que é inaceitável é que qualquer organismo português despromova a sua própria língua, estabelecendo condicionantes.

Não podemos comparar o sueco com o português. São duas escalas absolutamente diferentes.

Além do mais, é recomendável que os ingleses aprendam castelhano ou português para que possam ter acesso ao imenso universo da América Latina, onde há uma notável e inovadora dinâmica científica.

Estabelecer regras é disparate. Se um português quer publicar em inglês muito bem. Mas avaliar cvs pela língua em que estão publicados os textos é um "nonsense". O Francês era a língua científica do século XIX e, no entanto, perdeu o estatuto. A produção científica não pode estar condicionada a regras que, por definição, lhe são exteriores (a língua).

Saudações,

Francisco Sande Lemos

Carlos Delgado, na sexta-feira, 8 de Agosto de 2014 15:55

Foi com muito agrado que pude ler a opinião de alguém com tão invejável curriculum e experiência (Prof. José d'Encarnação) a expor as mesmas profundas dúvidas quanto ao actual estado da ciência e investigação em Portugal.

Agora respondendo ao Alexandre Monteiro:

Pelo que pude ler das intervenções até agora aqui expostas, ninguém se opôs totalmente contra a escrita em inglês. Quem quiser, que publique onde e como quiser, desde que o principal critério seja o da qualidade.

O ponto que se focou, e que tanto mal-estar tem provocado, é que escrever em inglês se tornou institucionalmente OBRIGATÓRIO para quem investiga. Há uma subtil, mas importante diferença...

Mais: pelos vistos, já nem basta escrever em inglês; tem de se escrever nas revistas X ou Y, catalogadas pelas bases de dados bibliográficas ISI ou Scopus. Como quem aqui já mencionou, são uma espécie de "agências de notação financeiras" aplicadas à investigação! E com muito dinheiro à mistura, já agora... (cf. este artigo de opinião que, já agora, nem sequer vem das minhas "águas políticas":

<http://www.esquerda.net/opiniao/os-bar%C3%B5es-do-conhecimento/26604>)

Eu já não trabalho em Arqueologia há alguns anos, e tenho trabalhado em Geografia/Ordenamento do Território, na Academia. E estou prestes a sair deste mundo, porque, a meu ver (e não estou sozinho, pelos vistos) este está cada vez mais paranóico quanto a "rankings" e avaliações e "impact factors" e n.º de publicações e n.º de orientandos, e n.º disto e n.º daquilo! A Academia transformou-se numa autêntica fábrica de chouriços, sujeita aos caprichos da mercantilização e do "produtivismo" e dos artigos 'a martelo'!

Como em qualquer ditadura, também nesta existem os "fanáticos" (no topo ou a meio caminho de lá) e os "lacaiois" (na base). Ora, não me considero um fanático e deixei de ter paciência e estômago para ser lacaio.

Pedro Manuel Cardoso, na sexta-feira, 8 de Agosto de 2014 17:29:39 [sob o título «A Língua, o Património, e o Destino das Ortografias»]

O Destino das Ortografias

A luta pela apropriação da Língua provoca hoje muita ansiedade. Não é apenas a ansiedade milenar entre a performatividade da fala e as iconicidades legais impostas pelas Normas (consoante o poder e a duração dos impérios). Pois essa ansiedade já vem, pelo menos, desde o aparecimento da escrita no registo Assírio. Nem é também uma ansiedade provocada pelo sentimento de que, por detrás dessas normalizações ortográficas, há o desejo ideológico de domesticarem o juízo. Agora a ansiedade deriva do receio de, num contexto globalizado, quem ganhar essa guerra fará os outros desaparecer. Porém, há algo novo que se intromete nessa velha discussão entre o Poder, a Identidade, e a Língua.

O funcionamento das Línguas

Ainda é preponderante a ideia de que a Língua (e, no mesmo desenlace: as falas, as linguagens, as escritas, e as ortografias) é um assunto exclusivamente Cultural (histórico, social, político, filosófico). Um assunto exclusivamente de Pátrias e de Identidades.

Não é necessário ir ao debate com N. Chomsky, e à questão de uma “gramática generativa universal”, para duvidar se efetivamente a Língua é um código e um sistema produzido exclusivamente pelas circunstâncias sociais. Em vez de ser, também, algo codificado na Cognição, transversal às idiossincrasias históricas e socioculturais. Chomsky mostrava aquelas crianças com idades anteriores aos cinco anos que dominavam na perfeição, na interpretação das frases que ouviam pela primeira vez, as regras gramaticais e de sintaxe. E Cavalli-Sforza apresentou aqueles célebres quadros que relacionavam a genealogia genética com as genealogias linguísticas (“árvore genética” vs. “população” vs. “famílias linguísticas”).

Todas as Línguas possuem uma parte que é escolhida para as produções mais sintéticas; e outra, para as produções mais analíticas. No objetivo mais sintético, a cognição tenta encontrar a simplicidade para a complexidade; e no objetivo analítico, faz o inverso, tentando desenvolver a hermenêutica (interpretação, compreensão, explicação) da simplicidade. Essas duas especializações parecem reforçar-se mutuamente, ajudando a Cognição a ser mais competente. De um lado, a produção de diversidade, feita pela criatividade, pela imaginação, pela invenção, e pela simulação; do outro lado, a redução dessa polissemia a registos expurgados da híper-significação. Ora isto ocorre dentro de cada Língua, e em todas as que existem.

Pretendo chamar a atenção para o facto do êxito do Inglês ocorrer apenas numa das partes da função da Língua dentro da Cognição. Para aquela que referi, relativa ao lado mais sintético. Pois parece-me (é apenas uma mera constatação empírica, sem investigação que me permita confirmar) que a maior parte do uso do Inglês, no estado atual das trocas globais, e por parte dos falantes das outras línguas, se dá para fins de Negócio e de Ciência. Ora nesses dois usos, a simplificação da complexidade e do excesso de significação (polissemia, ambiguidade, etc.) é crucial. Refiro-me aqui a «simplificação da complexidade» no sentido de Chaitin e Kolmogorof [“complexité de Chaitin-Kolmogorof, ... définie par la taille du plus petit programme (algorithme) pour un ordinateur de référence (appelé machine universelle) capable de décrire complètement l’objet auquel on s’intéresse”, Delahaye, 1993:66].

Este facto releva para o debate sobre o Inglês, e para a sua preponderância, no momento em que as Línguas se puseram em competição global. Porque a sua simplicidade é, provavelmente, a causa do seu êxito. E esse êxito não resulta de uma decisão sociocultural, histórica, filosófica, ou política. Resulta de uma escolha para lá da vontade humana, sedeadá nos processos cognitivos que o ser humano herdou de um tempo anterior ao seu aparecimento.

A linguagem usada na investigação científica tenderá a ir por um caminho comum e partilhado, codificado de forma normalizada, provavelmente aproximando-se de um processo de algoritmização matemática que permita um processamento sem a interferência da subjetividade étnica e cultural. Porém, essa especialização permitirá o aprofundamento criativo dos usos da Língua e da escrita.

Se não tivesse ocorrido a globalização, e as Línguas tivessem ficado isoladas, cada uma teria ao dispor, no interior de si próprias, esses três lados (sintético, analítico, e o da relação entre ambos). Mas ao entrarem em competição umas com as outras, provavelmente o que ocorrerá será esses lados entrarem em competição pela solução mais competente em termos Adaptativos. Sendo assim, nada impede que as Línguas mais capazes de explorarem a significação e o sentido hermenêutico tenham tanto êxito

adaptativo como o Inglês. Desde que, as políticas culturais, os responsáveis políticos, e os Povos que as possuem, tenham disso consciência, e desejem trabalhar para preservar e desenvolver o seu Património.

O Património e a Língua

Hoje em dia quem escreve são cada vez menos as Pessoas, e muito mais os programas de computador. E, portanto, quem os domina. Parte substancial da grafia está aí. Concretamente, nos thesauri de meta-dados e nos códigos ASCII que intermedeiam a escrita (grafia) de todas as línguas em linguagem-máquina. A uma ordem futura, que possa ser enviada de forma binária, todas as traduções serão possíveis, e o som/voz e a grafia fundir-se-ão no território quântico da digitalização, mesmo à distância.

Atualmente, com o avanço conseguido pelo laboratório de Cambridgeshire na preservação do Património em ADN Sintético, os belos livros, e todas essas palavras que causam agora tantas dores gráficas ficarão resolvidos. Todas essas letras, cedilhas, acentos, e apócofes entrarão no cérebro da mesma maneira. E essa discussão não terá qualquer interesse, pois, no futuro próximo, para quem não se preparar devidamente, tudo isso não passará de uma espécie de hieróglifos de uma pré-história contemporânea.

Sem este conhecimento, falar de “preservação do património da Língua” é o mesmo que não dizer nada. E abordar a questão pelos Acordos Ortográficos talvez seja mais uma bravata, tão ao gosto lusitano do “orgulhosamente sós”.

O Português talvez seja, agora, assim que se defende. Ensinando onde a luta efetivamente se está a travar. Há países que estão a trabalhar para não irem a reboque dos outros. Espero que por cá não prevaleça aquela suave brisa descrita pelo Eça, e que o grande Vicente retratou tão bem no *Auto da Lusitânia*: “Todo-o-Mundo mente, e Ninguém tem razão”. *Pedro Manuel-Cardoso*

Luís Raposo, na sexta-feira, 8 de Agosto de 2014 17:29:41 [Sob o título «Publicações científicas/português versus inglês ou vice-versa»]

“Gostaria de expressar o meu total acordo com as considerações do Francisco Sande Lemos.

Para os amantes da língua inglesa, diria que elas nos deixam "realizar como eventualmente todos os eventos" são finitos, ou, dito em português de lei, nos deixam "compreender como no fim das contas todos os acontecimentos" são historicamente determinados. Determinados por nós, sejamos que insistem em usar a nossa língua, sejamos os que se sentem mais cosmopolitas e espertos (não confundir com "experts") quando usam o inglês. E nestes incluo, obviamente, aqueles que, ao que parece, já fazem conselhos de ministros em inglês.”

Silvério Figueiredo, no sábado, 9 de Agosto de 2014 18:15:

Gostaria também de expressar o meu total acordo com as considerações acerca da utilização do português/inglês nas publicações científicas feitas pelos profs. Francisco Sande Lemos e Luís Raposo. Não tendo nada contra a utilização do inglês na produção científica acho que não devemos menosprezar o português, especialmente quando isso é feito por organismos oficiais não só relativo à investigação científica, mas também quando Conselhos de Ministros e reuniões com parceiros portugueses são feitos em inglês, o que é lamentável.

Maria Ramalho, no domingo, 10 de Agosto de 2014 22:59

A propósito do debate sobre as universidades e a língua portuguesa, deixo este anúncio. que me parece bastante elucidativo. O conteúdo, a forma (o português utilizado), a sociedade/universidade que se está a criar (universidades que aliás admiro), cada vez

mais complexa, mais afastada do real e menos todo isso que se apregoa nos objectivos do programa doutoral...

Ou serão os meus olhos?

Encontram-se abertas as candidaturas ao Programa Doutoral e-Planning. Trata-se de um programa conjunto da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL, da Faculdade de Ciências da UL e da Universidade de Aveiro.

Objectivos do PD e-Planning

O rápido progresso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) permitiu avanços significativos tanto no sector privado como público. Em particular, as novas TIC trazem novas condições para melhorar a governação (incluindo governo electrónico), a administração pública e serviços de interesse público essenciais, sejam eles providenciados pelo Estado, empresas privadas ou sociedade civil. Mas novas condições acarretam novos problemas, levantando questões muito além do uso da Internet para a prossecução de serviços públicos ou ajustamento desses serviços à novas ferramentas TIC.

O planeamento é uma disciplina vasta, que se aplica desde a formulação e implementação de políticas, da análise institucional aos quadros regulatórios, do processo decisório à participação pública. O planeamento é uma interface essencial entre os órgãos de governo e os cidadãos e suas organizações, sejam elas com ou sem fins lucrativos, de natureza social, económica, ambiental ou cultural.

O e-Planning é uma área emergente na interface destes domínios. O foco do Programa Doutoral em e-Planning é o estudo e o desenvolvimento das interacções entre as TIC e o planeamento e das questões emergentes nestas áreas, com especial ênfase na capacitação dos cidadãos para intervir na vida pública. O Programa integra o grau de doutoramento com uma agenda de investigação, programas de intercâmbio nacional e internacional, e programas de ligação entre a academia, as empresas e a sociedade civil.

Agenda de investigação e-Planning

Infra-estrutura de conhecimento e Planning < Mapear a sociedade do conhecimento e o conhecimento sobre planeamento.

e-Planning para o governo do futuro < Governo mais eficiente e responsável ao nível local, nacional e internacional; mais próximo dos cidadãos, mais capacidade, melhores serviços.

e-Planning para nova governância < Novos serviços para o bem comum, melhores instituições, criação de capacidades institucionais, melhor regulação para um mercado mais transparente e para enfrentar as actuais falhas de mercado, melhor equilíbrio entre segurança e eficiência vs. Liberdade, ferramentas para melhor equidade e menos exclusão.

e-Planning para a cidade e o território < Cidades com melhor qualidade de vida, novas funcionalidades, promotoras de inovação, mais atractivas e competitivas; melhor planeamento territorial, incorporando as novas TIC; caminhos para a eficiência de uso dos recursos e um estilo de vida sustentável.

e-Planning para a nova cidadania < Capacitar cidadãos melhor educados e informados, mais participativos, críticos e responsáveis; melhor balanço entre os desafios tecnológicos e a ética, liberdade e privacidade pessoal.

[...]

Francisco Sande Lemos, na segunda-feira, 11 de Agosto de 2014 02:26

Pois... as elites portuguesas são muito débeis. Sempre foram aliás...

E sofrem de esquizofrenia: **Objectivos do PD e-Planning:** "incluindo governo electrónico" (será em colaboração com a NSA: <http://www.nsa.gov/> ?)

Tratamento: Nova Medical School. Lisbon.

Vítor Oliveira Jorge, na segunda-feira, 11 de Agosto de 2014 10:04:

Meus amigos:

O primeiro trabalhito que escrevi foi sobre computadores aplicados à arqueologia, publicado em 1968.

Graças ao contacto com várias pessoas em Lisboa, vários amigos que me influenciaram positivamente, percebi que estávamos a entrar, a nível global, numa nova era.

Não vou estender-me aqui em considerações... Apenas para dizer que as novas tecnologias, o próprio conceito de informação (que tende a substituir o de conhecimento), tudo isso estendido àquilo que alguns autores chamaram o imaterial

(Gorz), ou o capitalismo cognitivo (Boutang), etc., mesmo a “crise” que estamos a viver, e que como sabemos é inerente ao sistema que há alguns séculos nasceu no Ocidente e hoje se globalizou, o domínio na Europa dos países do Norte, que representam a vitória do protestantismo relativamente ao catolicismo, etc., etc., etc., tudo isso se articula perfeitamente. Claro que a história não acabou, claro que Portugal é apenas um minúsculo país com o seu minúsculo governo nesta imensa conjuntura, claro que as Universidades são, para repetir o velho Althuesser, “aparelhos ideológicos do Estado”, claro, claríssimo, não somos inocentes, não nos admiramos, apenas nos assustamos com razão com o sentido (a sua dimensão e rapidez) que as coisas estão a tomar. Toda a questão é saber se o avanço da tecnologia, desenvolvida e posta ao serviço de minorias, e não da população mundial – o mundo está permeado por máfias assustadoras e ocorrem massacres tremendos, como todos bem sabemos, e certamente muita coisa que não sabemos – é irreversível no sentido de nos levar para a catástrofe (ecológica, desde logo) ou se, como messianicamente pensava Benjamin, ainda haverá uma solução para esta humanidade.

É um problema geral, de forma que é importante olharmos para os sintomas desse problema geral como sintomas...

Uma das explicações “sistémicas” para a chamada morte das civilizações, por exemplo apresentada por tantos antropólogos, é que, quando estas se tornam demasiado integradas (todos os seus subsistemas com alto grau de interdependência mútua) tendem para a extinção. A civilização a que pertencemos extinguir-se-á também, por certo, neste mundo. Mas os que achamos que o mundo ocidental, apesar de tudo, criou um Bach, criou um Hegel ou um Marx, criou um Freud ou um Lacan, para citar apenas uma minúscula minoria, perguntamo-nos: que herança passará para as gerações futuras?

É certo que um dia o sistema solar estoirará, e pelo menos neste espaço-tempo do universo as coisas acabarão para sempre. Mas que sei eu para falar disso?...

Comentário de J. d’E.

Agradeço todos estes comentários, com que me congratulo. Peço, no entanto, permissão para partilhar mais um, que me chegou do país vizinho e que, a meu ver, resume primorosamente a questão acerca da ‘adopção’ do inglês:

«Hay que reconocer que el inglés es la lengua más concisa y pobre en vocabulario que existe, no me extraña que se haya acabado por imponer.»

Pois.

2014-08-14, 12.50 horas.